

71 - Q422 (Prova: FCC - 2007 - TJ-PE - Analista Judiciário - Área Administrativa / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Considere as assertivas abaixo sobre vigência e aplicação das leis.

I. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.

II. Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

III. Só haverá revogação da lei anterior pela posterior quando esta expressamente o declare.

IV. Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

É correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

72 - Q284667 (Prova: FCC - 2007 - TJ-PE - Analista Judiciário / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Considere as assertivas abaixo sobre vigência e aplicação das leis.

I. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.

II. Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

III. Só haverá revogação da lei anterior pela posterior quando esta expressamente o declare.

IV. Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

É correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

73 - Q4601 (Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Administrativa / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

No que concerne à vigência e aplicação das leis, de acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, é correto afirmar que

- a) salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- b) não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- c) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes modifica a lei anterior.
- d) a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida nos Estados estrangeiros se inicia dois meses depois de oficialmente publicada.
- e) as correções a texto de lei já em vigor não consideram-se lei nova.

Considere as seguintes assertivas sobre a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro:

- I. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 60 dias depois de oficialmente publicada.
- II. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.
- III. Havendo incompatibilidade entre lei posterior e lei anterior haverá revogação desta última.
- IV. A correção a texto de lei em vigor não é considerada lei nova.

É correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) II, III e IV.

Na lacuna da lei, o juiz

- a) decidirá com base na analogia, nos costumes e nos princípios gerais de direito.
- b) decidirá com base na equidade e na jurisprudência.
- c) decidirá o caso apenas se houver precedentes judiciais vinculantes dos tribunais superiores.
- d) arbitrará a solução que lhe parecer mais justa, de forma motivada.
- e) poderá escusar-se de proferir decisão.

De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, com relação à vigência das leis, é correto afirmar:

- a) As correções a texto de lei já em vigor não são considerados lei nova, por expressa disposição legal.
- b) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país sessenta dias depois de oficialmente publicada.
- c) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia seis meses depois de oficialmente publicada.
- d) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- e) A lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue, inclusive se destinar-se à vigência temporária.

Considere as seguintes afirmações:

- I. A lei posterior somente revogará a lei anterior quando expressamente o declare.
- II. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- III. Para qualificar e reger as obrigações, aplica-se a lei do país em que devem ser cumpridas.
- IV. A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade.
- V. A capacidade e os direitos de família se regulam pela lei correspondente à nacionalidade das pessoas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.

- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

78 - Q56804 (Prova: FCC - 2006 - BACEN - Procurador - Prova 2 / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

No direito brasileiro, a reprivatização da lei se regula pela seguinte regra:

- a) a lei nova que estabelecer disposição geral revoga a lei especial já existente.
- b) a vigência das leis, que os governos estaduais elaboram por autorização do Governo Federal, depende da aprovação deste e começará no prazo que a legislação fixar.
- c) a lei posterior só revoga a anterior se expressamente o declarar ou se com esta for incompatível.
- d) a lei revogada só se restaura se o seu texto for nova e integralmente publicado.
- e) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

79 - Q56805 (Prova: FCC - 2006 - BACEN - Procurador - Prova 2 / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Considere o disposto no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal e o artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, abaixo transcritos e assinale a alternativa correta.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. (Redação dada pela Lei nº 3.238, de 1º.8.1957)

- a) O efeito imediato da lei nova significa que os negócios jurídicos praticados com base na lei antiga devem ser ratificados, sob pena de não valer à face do artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal.
- b) A Constituição Federal de 1988 não recepcionou a primeira parte do artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, que prescreve o efeito imediato da lei.
- c) O efeito imediato da lei nova significa que ela atinge as partes posteriores dos fatos pendentes e não é incompatível com a regra constitucional que preserva o direito adquirido dos efeitos da lei nova.
- d) O artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil é contraditório e por isto se auto-revogou.
- e) O artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal revogou tacitamente a primeira parte do artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, não mais se admitindo o efeito imediato da lei nova.

80 - Q430913 (Prova: FCC - 2005 - TCE-MG - Auditor / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Denomina-se *vacatio legis* o período de tempo

- a) entre a sanção do Presidente da República e a publicação oficial da lei.
- b) de vigência da lei.
- c) em que o projeto de lei tramita no Congresso Nacional.
- d) em que o Supremo Tribunal Federal está apreciando a ação direta de inconstitucionalidade.
- e) entre a publicação oficial e a entrada em vigor da lei.

.....
GABARITOS:

71 - B 72 - B 73 - B 74 - D 75 - A 76 - D 77 - C 78 - E 79 - C 80 - E
.....



« [Previous](#) [1](#) [2](#) [3](#) [4](#) [5](#) [6](#) [7](#) [8](#) [Próximo](#)